Lei Complementar LC 123/2006

Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e seus impactos

Fórum AbineeTec 2011

“Políticas Públicas – Compras Governamentais e Incentivos a Inovação.”

São Paulo

31 de março de 2011

REPRESENTATIVIDADE

PEQUENOS NEGÓCIOS NO BRASIL

5 milhões de negócios formais (99,2%)

13MI informais

56,1% da força de trabalho - setor formal urbano

26% da massa salarial

20% do PIB

17% do fornecimento para o governo

2% das exportações

FATORES E CONDICIONANTES DA COMPETITIVIDADE

EMPRESARIAL

**Custo/Preço
Qualidade
Inovação
Marketing**

* Ação de Modernização Empresarial

FATORES E CONDICIONANTES DA COMPETITIVIDADE

**Dimensão
Estrutural**

Dinâmica da concorrência
Escala
Cooperação
Mercado (tamanho e acesso)

* Ação de Associativismo e Competitividade Sistêmica

FATORES E CONDICIONANTES DA COMPETITIVIDADE

- Ação de Representação e Articulação de Políticas Públicas
- Territoriais / Setoriais

Principais políticas que compõem a Lei Geral

1. Desburocratização – legalização e funcionamento,
2. Desoneração tributária – 3 níveis de governo,
3. Desoneração do emprego – contribuição previdenciária sobre faturamento,
4. Empreendedor Individual – formalização,
5. Acesso a mercados – compras governamentais, consórcios, exportação,
6. Acesso ao crédito – garantias, recursos FAT, linhas especiais,
7. Acesso à inovação e tecnologia,
8. Integração federativa para eficácia das políticas – Comitês Gestores
9. Fiscalização orientadora e dupla visita,
10. Fortalecimento da representação,
11. Acesso à justiça.

A LEI GERAL DA MPE

COMPRAS GOVERNAMENTAIS

- Mercado nacional de R\$ 260 bi / ano
- **Ampliação potencial de participação no mercado de R\$ 34 bi / ano**
- Geração de 800 mil empregos diretos e 1,6 milhão indiretos

Brasil

Relação Custo/Fomento

- “A capacidade compradora do Estado pode ser utilizada como apoio à política de desenvolvimento da produção, estimulando fornecedores a melhorarem qualidade dos bens e serviços, a **produtividade e a capacitação tecnológica** – assegurando o mercado interno e preparando para a competição interblocos”.

Fonte: LEMOS, Antonio Humberto Medeiros, Subprograma Estruturante do PBQP Tecnologia de Gestão do Uso do Poder de compra. *Revista PGQP. 2000*

Em países onde o uso do poder de compra é exercido, houve um incremento da produtividade de 4 a 11%.

Inclusão de MPE's nas Aquisições Governamentais

ACESSO PARA AS MPES ÀS COMPRAS PÚBLICAS

LEI GERAL: NOVO PARADIGMA DAS COMPRAS PÚBLICAS

**PARADIGMA ANTERIOR: EFICIÊNCIA e CONTROLE -
Comprar mais rápido e melhor pelo menor custo
possível e com o máximo de controle.**

**NOVA POLÍTICA DE COMPRAS: USO DO PODER DE
COMPRA DO MUNICÍPIO - Comprar de segmentos
estratégicos e relevantes para o desenvolvimento
econômico e social sustentável.**

NOVO PARADIGMA:

**EFICIÊNCIA + USO DO PODER DE COMPRA DO
MUNICÍPIO**

LEI GERAL: NOVO PARADIGMA DAS COMPRAS PÚBLICAS

PARADIGMA ANTERIOR: EFICIÊNCIA - Comprar mais rápido e melhor pelo menor custo possível.

+

NOVA POLÍTICA DE COMPRAS: USO DO PODER DE COMPRA DO ESTADO - Comprar de segmentos estratégicos e relevantes para o desenvolvimento econômico e social sustentável.

↓

NOVO PARADIGMA:

EFICIÊNCIA + USO DO PODER DE COMPRA DO ESTADO

Correlações

Até R\$ 80.000,00

Desenvolvimento Regional

Subcontratação

Inovação e Transferência Tecnológica

Cotas de 25%

Formação de Consórcios

Inversão de fases
Desoneração

Desburocratização e

Empate Ficto
(Isonomia)

Equidade Mercadológica

Portais já adaptados

COMPRASNET
PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL

Licit**a**NET
Minas Gerais

Inovação tecnológica

- 20% das dotações de instituições de fomento ligadas a tecnologia voltados para MPEs
- Programas específicos de apoio tecnológico
- Possibilidade de redução de tributos na aquisição de equipamentos

Estímulo a inovação

- Política municipal de inovação e acesso a tecnologia para a MPE

– Parcerias: